

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: UM OLHAR SOB A ÓTICA DO RELATÓRIO DA CPA

GUIOMAR DA ROSA BORTOT
UNESC
grb@unesc.net

ANNE MARIE SCOSS
UNESC
annescoss@gmail.com

THIAGO HENRIQUE ALMINO FRANCISCO
UNESC
tfrancisco@unesc.net

YURI BORBA VEFAGO
UNESC
yurivefago@gmail.com

RESUMO: A avaliação interna é um elemento que permite com que as instituições tenham a condição de organizar as informações que são dispostas em seu contexto, com a intenção de construir e fortalecer a sua identidade institucional. Arelada ao SINAES, ela é parte de um sistema que fomenta discussões sobre a capacidade da instituição de se posicionar em seu contexto, de modo que também se construam os diálogos com o ambiente de atuação. Sob este pano de fundo, o artigo tem a intenção de apresentar um relato sobre o processo de avaliação interna que acontece na UNESC, considerando uma das dimensões de seu projeto de avaliação. O texto resgata alguns conceitos centrais que suportam o processo e posteriormente apresenta a dinâmica observada na universidade, a partir do processo que aconteceu no ano de 2016 e está materializado no relatório final postado no Sistema e-MEC.

PALAVRAS CHAVE: Autoavaliação Institucional. Ensino de Graduação. Comissão Própria de Avaliação - CPA.

1 INTRODUÇÃO

A autoavaliação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) é um processo dinâmico, participativo e pedagógico, que possibilita um olhar sobre sua prática cotidiana a partir da ótica dos envolvidos.

O processo de avaliação não tem o propósito de fazer comparações com outras instituições, mas também não é neutra, pois busca subsídios visando o aperfeiçoamento das ações acadêmicas por meio de um planejamento consistente e uma gestão inovadora. Tem, portanto, um papel fundamental para a vida da instituição e da educação como um todo. Diante dos desafios da sociedade contemporânea, a Instituição deve estar em processo constante de avaliação, buscando estratégias que possam contribuir para o cumprimento de seu papel social enquanto universidade.

Para que a UNESCO possa cumprir sua missão de "**Educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida**", o processo de autoavaliação é essencial para que suas ações sejam planejadas e constituídas, tanto no Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto na Gestão Administrativa.

É neste contexto que surge a Comissão Própria de Avaliação, CPA da UNESCO, para contribuir no autoconhecimento e na reflexão das ações, em uma visão de coletividade, fortalecendo as relações na comunidade acadêmica.

Este artigo apresenta um olhar sobre a avaliação das atividades desenvolvidas pela UNESCO no relatório da CPA 2016, no que se refere às Políticas para o Ensino de Graduação e está estruturado em três partes: na primeira parte, faz uma abordagem sobre a avaliação institucional aspectos históricos e concepção, na segunda traz o processo de avaliação institucional na UNESCO e na terceira, apresenta subsídios resultantes do relatório da CPA, 2016, considerando desde a fase do planejamento até a fase de comunicação dos resultados obtidos.

No que se refere ao aspecto metodológico, o trabalho utiliza a análise de conteúdo como forma de organizar os dados provenientes do relatório institucional, construído sob a ótica da avaliação interna que aconteceu no ano de 2016.

2 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: RECORTES HISTÓRICOS E CONCEPÇÃO

As instituições de ensino superior foram criadas por uma contingência resultante dos grandes movimentos sociais, econômicos e culturais que envolviam a sociedade. Na década de 60, com o processo desencadeado de desenvolvimento e interiorização, resultou na expansão do ensino superior em Santa Catarina.

O estímulo a esta expansão desordenada fez com que muitas instituições fossem criadas sem um planejamento adequado, assim decorrendo um processo de contingências que conforme Peixoto (2009, p.11)

[...] chamou a atenção dos gestores e formuladores de políticas para a necessidade da aplicação de instrumentos de avaliação, destinados a assegurar níveis de qualidade capazes de corresponder às demandas de formação profissional e de atender a critérios científicos e acadêmicos reconhecidos internacionalmente.

Neste contexto é que em 1994 foi instituído a nível nacional o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) construído com base nos seguintes princípios: "Globalidade, Comparabilidade; Respeito à identidade institucional; não premiação ou punição; Adesão voluntária; Legitimidade; Continuidade." (BRASIL, 1994). O

documento ainda destaca a importância de se construir o próprio caminho, por meio de uma discussão da metodologia e das ações para melhor compreender o processo e o contexto em que está inserido e o papel fundamental da avaliação nos processos de qualidade do ensino.

Nesse sentido, Lück (2012, p.24) aborda que, “[...] sem avaliação, não há condições para promover a melhoria de gestão e qualidade do ensino, e que esse processo é inerente e indissociável à gestão”. Assim, compreende-se a Autoavaliação Institucional como mecanismo de produção sobre a universidade no sentido de promover mudanças e desenvolver uma cultura avaliativa. Só assim tem-se a base para a definição dos rumos e ações que devem ser tomadas com maior segurança e confiabilidade.

A autoavaliação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) deve ser um processo participativo, que possibilita um olhar sobre o seu fazer envolvendo as diferentes instâncias, objetivando segundo o documento da CONAES:

produzir conhecimento [...]; identificar as causas dos seus problemas e eficiências; aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo; fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais e tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL, 2004, p. 5).

É importante que este processo esteja em consonância com os interesses da comunidade para que os envolvidos não participem por obrigação, mas que tenham plena consciência do papel da avaliação na melhoria das condições gerais de uma Instituição. Nesse sentido, Sobrinho (2000, p. 100) diz que: “A avaliação institucional quando assumida voluntária e conscientemente pela comunidade universitária como um empreendimento coletivo de caráter pedagógico carrega possibilidades de transformar as instituições e correlativamente os seus agentes.” Este mesmo autor trata a avaliação institucional como um processo de julgamento pedagógico, privilegiando a função formativa, oportunizando a dinamicidade ao processo de desenvolvimento com atuação instrumental e proativo, contribuindo na consciência daquilo que é necessário na tomada de ações da Universidade.

Podem-se aferir duas concepções de avaliação segundo Peixoto (2009): quantitativa que busca a mensuração de desempenhos e resultados e a qualitativa que busca dar significados aos processos bem como as atividades acadêmicas identificando as potencialidades e os pontos frágeis.

Avaliar qualitativamente segundo Sobrinho (1997) pressupõe, ter fundamentado conhecimento sobre o significado dos fatos, dados e informações do objeto pesquisado, mencionando juízo de valor para além da objetividade do objeto.

3 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNESC

O processo de Autoavaliação na UNESC é pautado pelo Projeto de Autoavaliação estabelecido para cada triênio. A Política de Avaliação Institucional (Resolução 2/2015/CONSU¹) segue as seguintes diretrizes: Consolidação do processo de avaliação pela ética, seriedade e sigilo profissional; Socialização de informações precisas, por meio de processos avaliativos e propositivos; Melhoria contínua dos instrumentos de avaliação utilizados; comprometimento com os processos de autoavaliação, junto aos diversos serviços prestados pela Instituição; Compromisso social com o ensino de qualidade, subsidiando os gestores da Instituição, com os resultados da avaliação para fins de planejamento e tomadas de decisão.

A prática de Avaliação Institucional da UNESCO, desenvolvida pelo Setor de Avaliação – SEAI, surgiu no contexto do debate nacional sobre Avaliação Institucional que deu origem PAIUB. Foi um processo que necessitou de reorganização e ressignificação permanente, se adequando as exigências legais e as necessidades institucionais.

Desse modo, a avaliação no âmbito da UNESCO não foi iniciada a partir do SINAES, mas sim, congregou os processos avaliativos já existentes às dimensões que ainda não haviam sido contempladas na sua íntegra. A cada ano, novos indicadores passaram a ser avaliados concretizando assim a avaliação dos eixos e dimensões propostos nos documentos norteadores.

A CPA da UNESCO, em conjunto com o SEAI, compreendeu essa dinâmica e construiu seu projeto de autoavaliação alinhado as diretrizes do PDI da universidade.

Os procedimentos avaliativos na UNESCO são desenvolvidos por meio de múltiplos instrumentos e formas de avaliação com a participação da comunidade interna (gestores, discentes, docentes, técnico-administrativos), egressos e representantes da comunidade externa.

Participam das pesquisas os segmentos da Universidade: Docentes, Técnicos Administrativos, Discentes, Egressos e Sociedade Civil Organizada, por meio de instrumentos elaborados pelo SEAI /CPA juntamente com os setores/segmentos envolvidos.

O SEAI é o órgão responsável pela operacionalização da avaliação interna e suporte nas avaliações externas. Dentre as atividades desenvolvidas junto a avaliação interna, contribui para promover a sensibilização dos sujeitos por meio do seu sitio na internet, de e-mails com as campanhas de avaliações, como também, de cartazes, folders e reuniões com os envolvidos ou seus representantes. Esse processo é fundamental para o retorno dos resultados esperados, assim como afirma Andriola (2005, p. 61) “[...]transformando o processo avaliativo em atividade de natureza educativa”. Esse momento de sensibilização para a participação dos sujeitos envolvidos é de fundamental importância nesse processo.

A partir disso, é determinado um período, no qual a pesquisa fica a disposição online para que os envolvidos participem da avaliação. Para que os dados sejam representativos é seguida a orientação do cálculo de amostragem por um estatístico que prevê a amostra mínima a ser atingida.

Para garantir a transparência do processo a avaliação é preenchida de forma anônima, oportunizando que as manifestações, tanto positivas quanto negativas apareçam, sem, no entanto, garantindo assim a isenção do sujeito que, como afirma Cunha (2004).

Usar dados da avaliação numa perspectiva punitiva, que coloque as pessoas em estado de insegurança é condenar o processo na sua dimensão pedagógica e emancipatória. Preservar um clima institucional favorável é tão ou mais importante do que ter instrumentos adequados e/ou alcançar momentaneamente, índices satisfatórios [...].

Após a aplicação do instrumento, sistematizam-se as informações coletadas que são apresentadas as instâncias sob a forma de relatório contendo tabelas, gráficos e cruzamento de dados, analisando-os quanti e qualitativamente. Esse processo garante ao SEAI e a CPA informações e lhes dá a segurança para uma análise fidedigna e encaminhamentos propositivos de ações de forma transparente e autônoma.

Além dos dados oriundos das coletas realizadas, também se utiliza informações procedentes de análise documental (relatórios de visitas in loco, por exemplo) ou de dados secundários (informações do sistema acadêmico, como % de evasão, taxa de reprovações etc).

A CPA organiza os roteiros que atendem os eixos do instrumento de avaliação externa contemplando as dimensões do SINAES, e estes são encaminhados aos setores por meio de reuniões, com a finalidade de subsidiar a elaboração dos relatórios parciais de

Autoavaliação. Este é um momento significativo para todos os envolvidos, pois possibilita uma visão geral de todas as atividades relacionadas com o PDI, permitindo que se identifiquem as respectivas fragilidades e potencialidades, colaborando com os planejamentos necessários para a consecução dos objetivos institucionais.

A CPA, de posse dos relatórios encaminhados pelos segmentos envolvidos organiza o relatório de autoavaliação institucional, fazendo os devidos encaminhamentos.

A partir dos resultados dos relatórios de Autoavaliação Institucional são realizadas reuniões e seminários de socialização, com a Reitoria e com todos os segmentos incluindo a participação discente. Os Seminários são apresentados a partir de uma breve contextualização do SINAES e posteriormente focando nos destaques e desafios previstos nos relatórios. Os desafios representam para a Instituição as possibilidades de encaminhamentos de ações que deverão fazer parte dos planejamentos. A apresentação do Seminário e o Relatório completo são disponibilizados nos ambientes eletrônicos da CPA/UNESC.

Os resultados das avaliações tanto interna quanto externa são discutidas nos setores, nos NDEs e colegiados dos cursos resultando, em ações para fins de planejamento, visando a busca constante da excelência do ensino. Porém, percebe-se que ainda necessita de um olhar mais criterioso sobre a análise dos resultados apontados nas avaliações para definição de ações específicas. Os NDEs dos cursos são atuantes, dando suporte a gestão a partir das análises, reflexões e implementações resultantes dos processos avaliativos e acompanhamento dos PPCs dos Cursos

4 O ENSINO DE GRADUAÇÃO DA UNESC (2016) UM OLHAR A PARTIR DO RELATÓRIO DA CPA

Ensino, pesquisa e extensão constituem os pilares da Universidade, as quais devem ser equivalentes e merecem igualdade em tratamento por parte da instituição, considerando sua Missão.

A primeira resolução das políticas para o ensino data de 08 de maio de 2008(Resolução n. 05/2008/CONSU), e foram revisadas em 2014/2016. Elas são implementadas pela Pró Reitoria de Graduação, PROGRAD, órgão executivo e deliberativo superior que coordena, superintende e supervisiona todas as atividades da Educação Básica, do Ensino Superior de Graduação (licenciaturas, bacharelado e tecnológicos) da UNESC, executadas pelas Unidades Acadêmicas e supervisionadas pelas coordenações de ensino das respectivas Unidades. As Políticas de Ensino de Graduação representam o “conjunto de intenções que se configuram na forma de princípios e ações que norteiam e concretizam o processo de gestão e organização didático-pedagógica dos cursos de Graduação [...]” (UNESC, 2016).

O ensino na UNESC é visto como “um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem se co-responsabilizar com as questões do ensino e da aprendizagem, bem como os valores humanos essenciais como o respeito, a solidariedade e a ética”. (UNESC, 2008).

Para atingir essa finalidade, o ensino na graduação busca a formação de profissionais com competência técnica e habilidades, capazes de preservar o conhecimento acumulado e de construir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesta perspectiva, o Estatuto (UNESC, 2014) aponta no artigo 6, que o ensino deve pautar-se nos seguintes princípios:

- I Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas;
- II Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;
- III Respeito à diversidade étnica-ideológica-cultural;
- IV Valorização dos profissionais da UNESC.

As políticas do ensino de graduação da UNESC, são estabelecidas por meio dos seguintes indicadores: currículo; avaliação; gestão do processo pedagógico do ensino de graduação; formação profissional dos acadêmicos de graduação no contexto do mundo do trabalho e da cidadania; educação inclusiva; indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; valorização docente; áreas de conhecimento; ingresso e permanência dos alunos na graduação; estágios curriculares na graduação; educação a distância (UNESC, 2008).

O Relatório de Autoavaliação 2016 elaborado a partir de análise das pesquisas desenvolvidas pelo SEAI, os PPCs dos cursos, os documentos Institucionais (PDI, PPI), e os relatórios parciais de autoavaliação realizados pelas Unidades Acadêmicas, e pelos setores envolvidos, apontaram indicadores favoráveis que estão apresentados de acordo com as políticas de Ensino definidas no PDI.

4.1 Currículo

De acordo com o que é previsto no PDI da UNESC, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é muito mais do que um princípio que envolve a educação superior em uma universidade. Para a Universidade, este aspecto é um compromisso com o processo de ensino e aprendizagem, articulado com a missão da UNESC e que se insere no fomento à políticas de excelência na formação profissional do egresso e também de sua formação cidadã.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas nas 04 Unidades Acadêmicas: Unidade Acadêmica de Humanidades Ciências e Educação – UNAHCE, Unidade Acadêmica de Ciências e Tecnologias – UNACET, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Aplicadas, UNACSA e Unidade Acadêmica das Ciências da Saúde, UNASAU por meio de ações que demonstram um processo dinâmico e interativo que trazem o suporte adequado a melhoria constante do processo ensino aprendizagem. Destacam-se algumas delas: Atividades de ensino onde a pesquisa é desenvolvida como princípio educativo, avaliações e diagnósticos ambientais, desenvolvimento de tecnologias; Uso de diferentes laboratórios para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão; Atividades Complementares que possibilitam contemplar conteúdos e temas emergentes e atuais referentes à área de formação; Desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou de extensão realizados na Instituição na comunidade; Desenvolvimento de Trabalhos de Conclusão de Curso relacionado às atividades exercidas no Estágio Obrigatório e em projetos de extensão; Projetos Interdisciplinares e Integradores e eventos como: Semanas Acadêmicas, Semana da Ciência e Tecnologia da UNESC, Projeto Santa Catarina Moda Contemporânea, Olimpíadas do Conhecimento, eventos de moda promovidos pelo curso etc.

Sob a ótica dos elementos elencados, é possível identificar os avanços, que, de uma forma geral, se caracterizam pelas ações que visam consolidar as políticas de ensino na Universidade, promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão com a participação ativa dos estudantes. Além disso, outros pontos apontam como avanços, com destaque para: Impulsionado com as novas DCN nos últimos anos os cursos possuem atividades que integram seus currículos de forma efetiva; Articulação do ensino com a pesquisa e a extensão vem se consolidando nos projetos pedagógicos; Participação efetiva dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão; A política de fortalecimento das licenciaturas, assegurada pela IES; Aumento da oferta de disciplinas de núcleo comum por diversos cursos da IES, o que permite ao acadêmico circular e interagir com as outras áreas de conhecimento, complementando a sua formação e desenvolvimento de relações interpessoais; Avanços na agilidade entre a exigência legal de indicadores de qualidade envolvendo o ensino superior, a exemplo do aumento progressivo, nos últimos 3 anos, e as consequentes adaptações nos cursos, que não se restringem à mudanças de matrizes curriculares, mas sim à transversalidade do aprendizado, a formação baseada em competências, a exemplo do forte aumento da

exploração das Metodologias Ativas de Aprendizagem (MAA); Fortalecimento da aproximação com o SUS, por meio da Saúde Coletiva que está cada vez mais inserida nos cursos de maneira transversal, refletindo e sendo reflexo de programas, projetos e ações.

A indissociabilidade também ocorre por meio de parcerias firmadas entre órgãos governamentais e não governamentais, incluindo Comitês Gestores, ONGs, Prefeituras, Fundações de Meio Ambiente, Escolas, entre outros, possibilitando o desenvolvimento de projetos que englobam ensino-pesquisa, ensino-extensão, pesquisa-extensão.

4.2 Avaliação

No que se refere a avaliação como política de ensino da UNESCO, segundo o PDI, UNESCO (2012), “ é um elemento que sustenta e fortalece as políticas de ensino, na medida em que fornece insumos para o desenvolvimento das competências que são previstas nos Projetos Pedagógicos.”

Nos instrumentos de pesquisa gerenciados pela CPA/SEAI, e que consideram o processo de ensino e aprendizagem, é possível perceber que os estudantes e professores demonstram consenso sobre a contribuição da avaliação para o desenvolvimento das competências e do perfil do egresso. Nesse sentido, o PDI da UNESCO define a avaliação como um elemento processual para mapear o desempenho acadêmico, atrelado ao cumprimento dos requisitos regimentais da instituição e, por consequência, aos princípios do SINAES.

Por processualidade do desempenho acadêmico, entende-se uma concepção de avaliação que esteja integrada ao processo de ensino-aprendizagem, objetivando o acompanhamento do desempenho do acadêmico e do professor. Para a recuperação da aprendizagem o professor deve revisar os conteúdos a partir de dúvidas expressas pelos acadêmicos anteriormente à realização da prova, assim como, no momento da entrega, discutir as provas e trabalhos em sala de aula, com revisão dos conteúdos que os acadêmicos encontrarem dificuldade. Havendo necessidade de outras ferramentas de recuperação de conteúdos o professor poderá optar por uma ou mais sugestões, tais como: Realização de seminários, saídas de campo, estudos dirigidos, análise escrita de vídeos, relatórios de aulas práticas e ou de atividades, resolução de casos clínicos, análise de artigo entre outras.

Os cursos apresentam os princípios da avaliação da UNESCO, que normatiza as avaliações processuais, definindo os critérios de avaliação e recuperação da aprendizagem, por disciplina, e apresentados aos discentes no início de cada semestre por meio do plano de ensino. Visando o desenvolvimento intelectual dos acadêmicos, oferecem-se programas de monitoria nas áreas onde existe maior dificuldade de aprendizado.

Isso demonstra um rigor no controle e acompanhamento do processo, fortalecendo a participação do NDE, e fornecendo insumos para isso, de modo que o núcleo possa acompanhar as demandas que se apresentam para o desenvolvimento do PPC.

A Avaliação Institucional é um processo contínuo e permanente de autoconhecimento e de reflexão, visando a aprimorar a qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa. Está dividida em Avaliação Interna e Avaliação Externa.

Na avaliação interna o desempenho docente é uma das dimensões avaliadas que, na visão dos acadêmicos, pode-se constatar que está dentro das expectativas, uma vez que nas Unidades Acadêmicas, a predominância acompanha o índice desejável (8,00) e se enquadra na proposta da política de excelência preconizada pela PROGRAD.

Quanto a Avaliação externa a UNESCO também guarda um pressuposto importante em suas ações gerenciais, na medida em que incentiva, constantemente, o respeito aos princípios da avaliação externa no contexto dos cursos e no ambiente institucional.

Para a Universidade, as experiências com a avaliação institucional são válidas no sentido de fortalecer as ações estratégicas da Instituição, tendo em vista que os resultados tem

subsidiado a formação continuada e a gestão dos cursos, com a intenção de promover capacitações e fortalecer as competências de gestores e coordenadores.

Nesse sentido, com relação aos desafios e ações de contingência em função da avaliação externa, identificam-se em cada unidade elementos norteadores, tais como ENADE e visitas *in loco* que contribuem para que os cursos possam refletir sobre as dificuldades encontradas e suas possibilidades de resolução; Revisão de projetos pedagógicos e matrizes curriculares a partir das novas DCNs; Revisão do acervo bibliográfico com aquisição das obras que não se encontram nas quantidades necessárias; Compra de materiais necessários para laboratórios e ateliês; Revitalização dos espaços utilizados pelos cursos, com brinquedotecas, laboratórios e ateliês; Organização de formação continuada para docentes com teor específico às humanidades; Ampliação das oportunidades de estágios curriculares não obrigatórios; Incentivar a criação de grupos de pesquisa nos cursos das Unidades Acadêmicas; Discussão sobre a organização didático-pedagógica dos cursos; Aprimoramento do aspecto de inovação nos cursos, com a criação de atividades inter e extracurriculares.

Isso tudo sustenta a preocupação da UNESCO com a avaliação, tanto interna quanto externa, já que há um exercício sistemático de utilização dos dados desse processo. Tal preocupação se justifica pelo desafio de manter um panorama de qualidade estabelecido pela Universidade.

Os resultados das avaliações, considerados pelas comissões verificadoras do INEP/MEC como muito bons, são utilizados pelos NAP, NDEs, Coordenação dos Cursos, Colegiados dos Cursos e Unidade Acadêmica como elementos para nortear as ações visando a excelência da formação do profissional da UNESCO. Nos aspectos quantitativos os itens que alcançaram valorização 4 (muito bom) passam a ser foco de atenção para diagnóstico minucioso de aspectos que possam ser melhorados visando a excelência, ou seja, a valorização 5 (excelente). Além da quantificação, as avaliações são utilizadas em seus aspectos qualitativos, nas descrições dos relatórios, considerando além do que foi formalizado no relatório as colocações e indagações das comissões verificadoras.

No que se refere aos processos de avaliação *in loco*, é possível perceber algumas lacunas que podem ser exploradas, entre elas a maior integração com a avaliação interna. Já no que se refere ao CPC (avaliação externa), o sucesso nos conceitos obtidos é resultado de um conjunto de ações que se desenvolvem, mas que ainda tem o foco apenas no ENADE. No contexto de todas as Unidades, o que se destaca pode ser identificado a seguir: Sensibilização dos discentes para a importância desta avaliação em relação à qualidade do ensino; Reflexões sobre as competências e habilidades relacionadas à capacidade de relatar, analisar, sintetizar, inferir e comunicar-se com clareza e coerência em aulas de preparação para o ENADE.

O SEAI/CPA, a partir dos indicadores que apresentam fragilidades nas avaliações interna e externa solicitam aos segmentos envolvidos que apresentem um plano de ação para sanar ou pelo menos minimizar as lacunas existentes. Isso se estabelece como uma contribuição importante, na medida em que insere os gestores em um contexto de acompanhamento dos desafios apontados pela avaliação.

Os últimos anos permitiram grande avanço na melhor compreensão dos processos avaliativos e em especial a difusão entre as Coordenações de Curso e NDEs e a participação do estudante no processo de avaliação institucional, que pode ser considerado um elemento de diálogo entre discentes e Universidade.

4.3 Gestão do processo Pedagógico do Ensino de Graduação

De acordo com o que é previsto no PDI da UNESCO, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é muito mais do que um princípio que envolve a educação superior em uma universidade. Para a Universidade, este aspecto é um compromisso com o processo de ensino e aprendizagem, articulado com a missão da UNESCO e que se insere no

fomento à políticas de excelência na formação profissional do egresso e também de sua formação cidadã.

O aspecto relativo ao nivelamento de conhecimentos dos acadêmicos, é compreendido como um importante elemento para a gestão do processo pedagógico, considerando o fato de que é oferecido a todos os alunos dos cursos que têm alguma dificuldade em Língua Portuguesa, com ênfase na leitura e produção de textos, e em Matemática, Química e Física. Também o Programa de Aceleração do Conhecimento (PAC) que envolve aulas de reforço em horários alternativos como o horário do almoço, com temáticas que representam as maiores dificuldades de compreensão, a exemplo de fisiologia, bioquímica, fisiopatologia, bioestatística, entre outras. A escolha das temáticas é pautada pela observação do desempenho acadêmico geral dos cursos, das demandas identificadas pelos docentes e coordenações de curso em comum acordo com a Unidade Acadêmica.

A UNESCO conta com um amplo programa de monitoria que tem as disciplinas teóricas e teórico-práticas definidas de forma participativa e coletiva. Entre as disciplinas indicadas para monitoria as Coordenações dos Cursos costumam escolher aquelas que há maior dificuldade por parte dos discentes como uma forma de complementar o aprendizado já desenvolvido nas disciplinas e atividades acadêmicas dos cursos.

Como requisito da Gestão do processo pedagógico, os PPCs tem se mantido atualizados e revisados, em concordância com a legislação vigente. O Programa de Valorização das Licenciaturas veio fortalecer os cursos e legitimar a importância da formação de professores na instituição, já que estes foram os primeiros cursos da universidade. A atualização tecnológica também é um viés de destaque e é desenvolvido por meio de minicursos e seminários

4.4 Formação Profissional e Cidadã do Acadêmico

O PDI contempla o comprometimento com a formação profissional dos acadêmicos de graduação que trata dos conteúdos e habilidades necessárias ao exercício da profissão e a capacidade de responder com competência, responsabilidade e ética aos desafios inerentes à prática da profissão.” (UNESCO, 2012)

No que se refere às posições de destaque no mercado, os dados demonstram que há diversos profissionais formados pela Universidade que atuam em ambientes estratégicos para o desenvolvimento social. Muitos egressos são professores das redes públicas e particular e a maioria dos primeiros colocados em concursos públicos para docentes na região é oriunda dos cursos da UNESCO, nos sistemas públicos de saúde dos municípios da região. Outrossim, vários egressos fazem parte do corpo docente de universidades, inclusive com inserção na pós-graduação (UFCE, UFSC, a própria UNESCO).

4.5 Valorização docente

Na UNESCO, um dos princípios fundamentais no seu processo de desenvolvimento está ligado a valorização do profissional docente. Este processo é caracterizado pelo: a) Incentivo à qualificação, por meio de programas de formação continuada; b) Aproveitamento dos docentes do quadro da UNESCO em disciplinas dos programas de pós-graduação e em programas de pesquisa e extensão; c) Aperfeiçoamento permanente do processo seletivo para docentes; d) Incentivo à efetivação do docente no Plano de Carreira; e) Aperfeiçoamento constante do Plano de Carreira. Estes princípios previstos no PDI, possibilitam que o docente se sinta mais acolhido e respeitado no seu processo enquanto docente na instituição. As grandes ações são desenvolvidas institucionalmente, mas algumas ações para a implementação destas políticas são desenvolvidas nas Unidades Acadêmicas a seguir identificadas.

Para dar conta desses propósitos a PROGRAD desenvolve ações e reflexões orientadas por princípios a saber: Fortalecimento da Pedagogia Universitária; Formação didático-pedagógica dos docentes; Produção de conhecimentos científicos e culturais, por meio de metodologias inovadoras. Algumas atividades buscando a valorização docente. Entre elas pode-se destacar: **Inovação Pedagógica:** tem como objetivo incentivar práticas pedagógicas inovadoras desenvolvidas na sala de aula junto aos estudantes que estimulem a relação teoria/prática, a relação ensino, pesquisa e extensão e a interdisciplinaridade, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico social e a autonomia dos alunos e a melhoria no processo ensino aprendizagem. **Programa de Formação Continuada Docente (PFCD);** Programa destinado aos docentes da Universidade com o objetivo de propiciar reflexões e formação sobre temas de interesse geral dentro do contexto sócio-político-educacional da UNESC.

A política de qualificação docente prevista no PDI tem como princípio o desenvolvimento de ações institucionais que possibilitam oportunizar aos docentes a melhoria da sua qualificação.

4.6 Áreas de conhecimento

Uma das políticas previstas no PDI da UNESC é o fortalecimento e articulação das áreas de conhecimento que se estabelecem por meio de Unidades Acadêmicas que consistem no aprofundamento, integração e articulação das áreas do conhecimento, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido as Unidades Acadêmicas em comum acordo com as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e a de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX) buscam desenvolver ações que permitem esse entrelaçamento do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.

A UNESC, tem buscado no cumprimento de sua missão ampliar seu universo de Cursos e também na sua modalidade de ensino, oportunizando aqueles interessados em algum curso na UNESC e tem dificuldade em estar presente no Campus Universitário para acompanhar o processo de ensino –aprendizagem. A Educação a Distância vem suprir esta lacuna e tem sido um dos objetivos a serem atingidos pela universidade.

No que se refere as áreas do conhecimento, pode-se constatar que as ações de pesquisa e extensão demonstram uma articulação, mas estão em processo de consolidação para que as Unidades Acadêmicas possam desenvolver com autonomia projetos específicos em suas áreas afins. No ensino, percebe-se ainda a necessidade de maior integração entre as áreas com projetos institucionais que possibilitam qualificá-lo. Embora as Unidades acadêmicas proponham ações conjuntas, os cursos ainda desenvolvem suas atividades desarticulados entre si.

4.7 Ingresso e permanência dos alunos da Graduação

O PDI da UNESC, prevê o comprometimento com o ingresso e a permanência dos alunos na graduação, por meio da qualidade de ensino, visando à redução dos índices de evasão. As ações desenvolvidas consistem na superação dos fatores originários da evasão, por meio da criação e implementação de estratégias e ações acadêmicas e financeiras. Os indicadores que demonstram a existência destes princípios estão preconizados por meio da resolução n. 07/2013² da Câmara de Ensino de Graduação que instituiu a Política Institucional de Permanência dos estudantes com sucesso.

A evasão da 1ª e/ou 2ª fase no triênio 2014 a 2016 correspondeu a 12,81%; 12,81% e 13,14% respectivamente, enquanto que da 3ª fase a última fase os índices foram de 10,45%; 8,74% e 7,81% respectivamente.

Também fazem parte da UNESC, acadêmicos de outros países, tais como: Angola, Benin, Cabo Verde, Colômbia, Haiti, Paraguai, Perú, República Democrática do Congo, Honduras e Uruguai, totalizando 145 acadêmicos.

Destaca-se que neste período houve aumento significativo de acadêmicos estrangeiros de Graduação e Pós-graduação, (Lato Sensu e Stricto Sensu), bem como alunos de mobilidade acadêmica internacional, ou seja, aqueles alunos estrangeiros que vem cursar Graduação completa ou uma parte da sua Graduação na UNESC num total de 17 acadêmicos: Espanha, França, Índia, Perú, República Tcheca, Rússia e Ucrânia. A diversificação das nacionalidades que era em torno de 5 passou para 12 nacionalidades. Houve também um aumento significativo da ida de acadêmicos da UNESC para o exterior com diversificação dos países de destino.

4.8 Estágios curriculares na graduação

Os estágios curriculares na graduação são desenvolvidos pelos cursos com ações para qualificar a formação dos acadêmicos tais como: Reuniões com escolas e instituições que recebem os estagiários dos cursos para avaliação das atividades desenvolvidas; Seminários e debates sobre temas relacionados a formação docente; estabelecimento de novos convênios, bem como, repactuação de concessões já existentes com vistas à ampliação das formas de atuação; Estreitamento nas relações com alguns dos principais concedentes de estágio obrigatório, envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma e o Hospital São José de Criciúma; estímulo ao envolvimento das entidades parceiras, especialmente como forma de retroalimentar com as demandas sociais o norteamento das iniciativas realizadas; Intermediação e acompanhamento a celebração de convênios entre as Instituições e a UNESC; Elaboração, emissão, controle e arquivo da documentação geral sobre os estágios não obrigatórios realizados pelos acadêmicos nas Instituições concedentes, exceto na UNESC; Organização do cadastro de Instituições e programas institucionais que poderão ser concedentes de estágio; Fornecimento de orientações necessárias sobre a estrutura e organização dos estágios aos coordenadores de curso e de estágio, professores responsáveis e orientadores; Setor exclusivo para estágios; os estágios obrigatórios e não obrigatórios são previstos, tendo como principais ações as políticas de relacionamento junto às entidades parceiras no sentido de melhoria constante das ofertas e do acompanhamento dos mesmos.

4.9 Fortalecimento da Educação Inclusiva

A educação inclusiva na UNESC está relacionada ao desenvolvimento da acessibilidade plena, além do previsto nos requisitos legais e normativos da regulação. Além de uma política institucional, este aspecto é um elemento que faz parte da cultura da UNESC enquanto Universidade Comunitária, já que permite o diálogo com todos os extratos sociais que usufruem das atividades comunitárias da UNESC e da “Educação” como um instrumento de desenvolvimento social, inclusão e permanência na sociedade.

A educação inclusiva na UNESC conta com toda uma estrutura que proporciona o suporte para o processo de inclusão, nela está incluído o atendimento psicopedagógico e o atendimento multidisciplinar aplicado ao diagnóstico e à gestão dos casos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Além disso, há também núcleos que desenvolvem seus estudos com o objetivo de compreender as minorias, e que oferecem suporte para a construção das políticas institucionais que atuam no sentido de dar o alicerce necessário para o pleno atendimento deste aspecto.

Ao longo do período elencado para este processo de avaliação, ou seja 2014-2016, identificou-se uma série de ações que foram desenvolvidas para o fortalecimento da educação

inclusiva. Um destes exemplos é a acessibilidade, da visão de integralidade, do projeto universal são princípios bastante explorados na área de saúde na formação dos profissionais de saúde tanto nos componentes curriculares, quanto em eventos, contato com os serviços através de experiências teórico práticas e/ou de estágio curricular obrigatório. Há atendimentos especializados para estudantes com dificuldades de aprendizagem e transtornos mentais, permitindo que os devidos encaminhamentos possam ser realizados de maneira adequada a cada caso.

Outro aspecto observado nesta política, é a mediação desenvolvida no contexto de casos de discriminação racial, o que permite minimizar os confrontos relativos a tais aspectos e também contribuir com a discussão sobre raça e gênero no campus. Além disso, os trabalhos relacionados com a formação para a Língua Brasileira de Sinais se constitui como um outro importante diferencial. Neste trabalho, se destaca a capacitação para o uso da língua, a disponibilização de intérpretes para estudantes surdos e a disponibilização de interpretes para eventos institucionais.

Em consonância a tudo isso, há também o encaminhamento dos estudantes deficientes ao mercado de trabalho, além do encaminhamento dos estudantes com dificuldades ou lacunas de aprendizagem para os programas de nivelamento.

No campo das diversas unidades, há a mediação junto às clínicas integradas para a disponibilização de cadeiras de rodas para deficientes, quando ocorrem as saídas de campo, além da oferta das condições institucionais adequadas para estudantes que tenham esse perfil. Outras ações seguem essa trilha, e se destacam na medida em que proporcionam elementos para que o aluno possa se manter, com sucesso, na universidade. Ainda se destacam as questões relacionadas à disponibilização de estagiários para acompanhamento em sala de aula para alunos com perda auditiva, baixa visão e/ou deficiência mental e o encaminhamento de acadêmicos para cursar Braille na audiovisual, quando necessário; Para alunos com deficiência visual, a instituição auxilia no processo de comunicação entre professores e alunos, disponibilizando a aquisição de livros em Braille (quando existentes), confecção de provas em Braille; Realização de avaliação assistida, quando identificada a dificuldade pedagógica por setor especializado.

O que vale destacar, nesse sentido, é que a universidade caminha constantemente ao lado destas questões, com a intenção de fomentar políticas que a façam cumprir seu papel de promover acesso e permanência ao estudante de maneira bem-sucedida.

A Instituição, proporciona aos alunos a integração com as Políticas de Educação Inclusiva, Resolução 12/2010/CÂMARA DE GRADUAÇÃO (UNESC, 2010) voltadas aos movimentos sociais, vinculados às questões ambientais, econômicas, étnico-raciais, culturais e de conhecimento sobre as raízes e antecedentes da região. A instituição do SAMA tem representado um grande avanço neste sentido. O Programa de Orientação Profissional (POP) contribui para alguns casos que apresentam dificuldades na decisão quanto às escolhas feitas em relação a formação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNESC tem avançado nos últimos anos, de forma significativa no processo de avaliação. A utilização dos resultados tem sido parâmetro para as tomadas de decisões no campo administrativo e pedagógico. Embora tenha avançado, o relatório da CPA apresenta a necessidade de melhorar o uso dos resultados das avaliações internas nos procedimentos de autoavaliação, possibilitando assim uma análise mais consistente dos procedimentos adotados a partir das avaliações e definição das estratégias de ação.

Esse processo permanente e sistemático tem sido o instrumento de autoconhecimento cumprindo o seu papel de promover a reflexão-ação-reflexão, visando o cumprimento de sua missão.

As políticas para o Ensino de Graduação servem de norte para a interlocução entre o ensino a pesquisa e a extensão. Evidencia-se a partir dos resultados que muito se evoluiu neste processo, porém ainda tem uma caminhada para o fortalecimento desta política principalmente na relação da pesquisa e extensão com o ensino. As ações ainda estão muito diretamente ligadas a PROPEX, carecendo da ação mais direta neste sentido nos cursos e UNAS. Há preponderantemente ações ligadas ao registro dos processos vivenciados pela UNESC. No que se refere às políticas acadêmicas de EAD, aponta avanços, mas necessita de fortalecimento na sua expansão. A infraestrutura de apoio ao ensino tem se ampliado proporcionando uma maior ambientação para as necessidades prementes do processo. A biblioteca veio com sua ampliação dar o suporte necessário aos acadêmicos na sua formação profissional.

A Política de atenção ao estudante busca dar as melhores condições para o ingresso e a permanência dos estudantes na UNESC. Tem sido foco de atenção especial por parte da Reitoria expandindo programas e possibilitando àqueles que têm menor poder aquisitivo o acesso ao ensino superior.

Do ponto de vista das contribuições, destacam-se as contribuições de gestão e as que podem ser consideradas acadêmicas. No que tange a gestão, o relatório da CPA proporciona uma visão geral do atual PDI da Universidade. No que se refere às contribuições acadêmicas, os resultados aqui expostos podem servir de inspiração para produções que possam contribuir para os avanços na área da avaliação institucional e, sobretudo, do papel da CPA neste processo.

Os resultados das avaliações servem de parâmetro para a reflexão dos diversos setores em relação ao seu fazer no sentido de que possam definir novos rumos fortalecendo a sua dinâmica de desenvolvimento a fim de cumprir o seu papel de universidade comunitária com qualidade.

A avaliação institucional é concebida nesta Instituição, como um meio estratégico para a melhoria da qualidade de todos os processos tanto acadêmico quanto administrativo, na busca de fortalecer o seu compromisso social e cumprimento da sua missão de: “Educar por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do Ambiente de vida”.

A excelência do ensino é uma busca constante para a consolidação como universidade que prima pela formação de profissionais que atendam as demandas locais, regionais, nacionais e internacionais, não só enfatizando a formação técnica científica mas, também, uma formação de um profissional cidadão.

No processo de autoavaliação, percebe-se um comprometimento dos envolvidos na busca constante para a consolidação da excelência do ensino na Universidade, mas necessita ser redimensionado no que concerne a análise e utilização dos dados, para que efetivamente se configure em uma autoavaliação.

Há, portanto, necessidade de uma conscientização de todos sobre este importante instrumento de gestão para fins de planejamento.

Referências

ANDRIOLA, Wagner B. Desafios e necessidades que se apresentam às Comissões Próprias de Avaliação CPA As instituições de ensino superior cisando a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES. In: RISTOFF, Dilvo; ALMEIDA JR., Vicente (rgs.) Avaliação participativa , perspectivas e desafios. Brasília: INEP, 2005. P. 57-70.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm Acesso em 14 abr. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. **Programa de avaliação institucional das Universidades Brasileiras: PAIUB**. Brasília. SESu, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior**: Estado e mercado. Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 795-817, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2012, 154 p.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A Avaliação institucional nas Universidades federais e as comissões próprias de avaliação. **Avaliação, Campinas, SP**, v. 14, n. 1, p. 9-28, mar. 2009.. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a02v14n1.pdf>> Acesso em 15 set.2016.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação institucional na perspectiva da integração. In: SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo I.(Org.) **Universidade desconstruída**: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000. p.95 - 112.

SOBRINHO, José Dias. Avaliação quantitativa, avaliação qualitativa: Interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Valdemar (Org.) Avaliação universitária em questão: Reformas do Estado e da Educação Superior. Campinas: SP: Autores Associados, 1997. Cap. 3 p. 71 - Disponível em <https://goo.gl/NlXYek>

UNESC, UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Câmara de Ensino de Graduação. **Resolução 12/2012. Aprova documento política de educação inclusiva**. Disponível em http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4705.pdf?1291148007 Acesso em 10 maio 2017.

UNESC. UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE, UNESC. CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO, CSA. **Resolução n. 06/2014 – Aprova alteração do Estatuto da UNESC**. Disponível em < http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11434.pdf?1432928942> Acesso em: 10 de maio de 2017.

UNESC, UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. CONSU, Conselho Universitário. **Resolução n. 02/2015, aprova Política de Avaliação Institucional da UNESC**. Disponível em < http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11355.pdf?1429012894> acesso em 15 jun.2017.

UNESC, UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. CONSU, Conselho Universitário. **Resolução n. 05/2008, aprova Política de Ensino de Graduação da UNESC**. Disponível em <

http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/1780.pdf?1225764000> Acesso em 10jun.2017.

UNESC, UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. CONSU, Conselho Universitário. **Resolução n. 11/2016, aprova Política de Ensino de Graduação da UNESC.** Disponível em <
http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13656.pdf?1477947570> Acesso em 10jun.2017.

UNESC, UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. CONSU. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017.** Criciúma: 2012. Disponível em
<http://www.unesc.net/portal/resources/files/124/PDI%20publicacao.pdf> Acesso em 10 maio 2017.